



SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL / SP

BOLETIM

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ANO II - Nº 6 - Julho 2007 - www.sindpfsp.org.br

Justiça Social

As algemas da Polícia Federal
igualam pobres, ricos,
Policiais, Juízes, Ministros,
Desembargadores,
Senadores, Deputados e
Políticos corruptos.



- SÁTIRA -

DO IMPÉRIO ROMANO A BRASÍLIA

QUARESMA DE 2007

Após 40 dias de trevas, nos quais Jesus andou pelo deserto da Galiléia e foi traído, preso, processado pelas leis romanas e crucificado, recebendo a coroa de espinhos, pendurado no madeiro em cruz, eis que se faz luz, tudo se ilumina e como por encanto alguém encontra um pedaço de papel escondido em um sarcófago lá do MOG, trata-se do acordo do sofrido aumento salarial dos PF's, a prova que faltava do compromisso assinado.

O Imperador César chama Brutus e diz:

César – Ó Brutus, e os **Centuriões Federais**, ninguém mais falou no aumento salarial deles, aquele que assinei com Pilatos e Marcius.

Brutus – César, a quaresma terminou e como mágica, apareceu o papel do

aumento salarial que o Senhor assinou, mas ainda, não temos o **tutu** lá no tesouro...

César – Mas, o que aconteceu? Por que tanta demora? Você disse que os meninos, **Centuriões Federais**, tinham preferência, assinamos até aquela carta de compromisso!

Brutus – Não sei César..., descobri que Pilatos lá do planejamento do Império lavou as mãos e entregou o papel do aumento dos **Centuriões** para um dos seus discípulos, um tal de **Escariotes**.

César – Sim, mas por que sumiu o papel...

Brutus – Descobrimos com a ajuda da SS dos **Centuriões Federais**, que esse tal de **Escariotes** era ligado a um grupo de pecadores conhecidos e enquadrados na **lei de "Gerson"** e todos queriam pregar os **Centuriões Federais** na cruz e matá-los de fome.

César – E por que ninguém me disse nada...

Brutus – Também, estava escuro, era quaresma, e não enxergávamos nada e o azar é que no próprio quartel dos Centuriões estava escondido um tal de **Eucarístico** e que ameaçava pôr fogo no papel e ajudou até a escondê-lo.



DIGNIDADE E LUTA!

Delegado: este boletim contém informações importantes.

César – Sabe Brutus, acho que estão querendo bagunçar o meu coreto, esse pessoalzinho do subsolo trabalha até na quaresma! Parecem até o Chavez!

Brutus - É Imperador, justamente nas trevas é que eles costumam atuar, mas, também, aqueles Tribunos de Roma, do grupo do **Catilina**, que se reúnem naquele palácio que tem uma xícara sem asa no telhado, estão segurando todo o ouro do orçamento do Império, pois, querem o maior **bochado** pra eles e com isso o **povo** que se lasque, junto com os **Centuriões Federais**...

César - Então, vamos mandar logo esse aumento para os meninos **Centuriões**, afinal só eles sobraram de toda essa *#@%\$ que aprontaram pro império. Chame lá os adssessoris Sergius e o Nadus pra aprontarem o papyrum dos federais, sem conversa...

Brutus – É pra já César, é só **Catilina** e seus Tribunos garfarem metade do orçamento, que logo mandaremos uma merreca pros **Centuriões Federais**, pois é o que deve sobrar! Estou pensando até em falar para o Sergius e Nadus anteciparem a 2ª parcela pra janeiro e pagar todos os atrasados, o que o Imperador acha?

César - Acho bom, mas não se esqueça de planejar a carreira jurídica dos **Centuriões Federais**, pois, eles precisam de força igual da turma do **Escariotes**, prá fazer esse negócio andar direito.

Brutus – César, vou chamar o Pretor Paulus e pedir que os **Centuriões** continuem trabalhando como sempre, que a hierarquia e a disciplina sejam observadas e os Comandantes sejam respeitados como antes da quaresma.

César - Fala pro Pretor Paulus mudar alguma coisa e endireitar o mastro da bandeira, pois os **Centuriões** são a nossa força. Que dê a eles melhores alojamentos, bons cavalos, comida e água, pois os centuriões são de ferro, mas não de aço..., Ah, que ele não esqueça das bigas e com sanitário!

Brutus – César, com sua permissão, vou entregar ao *Praetor Paulus* a **Lex Duodecim Tabularum**, a tal Lei das Doze Tábuas, aquela que **Moisés** levou lá pras montanhas e rege o mundo até hoje.

César – Mas que raios de Lei das Doze Tábuas é essa?



Praetor Paulus enquadrá-los no *lus Civile*. Aproveita e enquadra, também, quem está negando o acordo com os **Centuriões**.

Brutus - César, o tempo passa e os homens se esquecem das épocas duras, da falta de emprego, do tempo em que saídos da aldeia não ganhavam salário bom para sustentar os pais e irmãos, sabe, então, essas leis podem alertá-los que se não puserem ordem na tropa e cada um cumprir a sua parte, eles vão embora para onde possam voltar a chamar seus pais de "velhos", "coroas", "pão-duros" e "merdas". Sabe César, esses jovens não chamam mais os pais de Senhor, Papai ou meu ídolo!

Imperador - Mas Brutus, isto no exército dá cadeia...

Brutus - Pois é César, por isso vou pedir para o *Praetor Paulus* que coloque a tábua em execução, vamos tornar os Centuriões iguais aos do FBI e da Scotland Yard, aquela da rainha, lá sim, tem respeito! Vamos enquadrar o subcomandante lá da *civitatem* de San Paulus, aquele que chama os bravos centuriões de "merdas"!

César – Bem, meu bom Brutus, dê um abraço nos Centuriões Federais e que agora eles paguem as suas dívidas e dêem comida aos seus filhos e diga ao *Praetor Paulus* que mande notícias... quero ver a meninada contente com a 2ª parcela integral. Que o Paulus trate de providenciar o aumento das DIÁRIAS dos Centuriões, pois são as mais baixas do Império e isto é uma vergonha para nós...

Brutus - César, não é bem assim, se o aumento do salário dos meninos Centuriões tiver que ir para Pilatos aprovar, então, eles terão que sofrer muito, pois, **Pilatos** lavou os mãos e prometeu pôr fogo no Papyrum e não está pensando nos Centuriões Federais – Precisamos reunir os companheiros de **Catilina** e mandar o **verbo** na Tribuna, pois, o povo precisa saber o que está acontecendo. Pilatos nega o acordo do salário dos Centuriões e não paga suas diárias.

César - Nem acredito que num momento deste o Pilatos está se esquecendo que lá na Galiléia, o Nazareno está sendo açoitado com a permissão do povo e pregado na cruz, sofrendo por todos, inclusive pela remissão dos Centuriões Federais. Diga lá pro Sergius e pro Nadus, convencerem logo Pilatos a pagar os centuriões, senão...

Brutus – César, esqueci de dizer que os tribunos estão todos de cuecas na mão, cheias de folhinhas verdes... que vergonha, navalha neles!

Imperator Caesari - **Vamos dar já a 2ª parcela, afinal, honra é honra, acordo é acordo... deve ser cumprido!**

Iustitia est constans et perpetua voluntas ius suum cuique tribuendi.
(Justiça é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o seu direito).

O texto é uma sátira que vai dos tempos que mediaram entre o Império Romano e Brasília.

Amaury Portugal

- Qualquer semelhança **não** é mera coincidência.

- EDITORIAL -

O Sindicato dos Delegados/SP dispõe de uma administração moderna e ágil, procurando responder imediatamente a todos os questionamentos de seus filiados.

Implantamos um sistema de informática com dados sobre todas as atividades e acesso direto com os Delegados. Recebemos média diária de vinte e-mails de nossos filiados sobre variados temas e solicitações e instalamos um programa de processamento de dados que nos permite acessar e assistir nossa conta no Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. O convênio médico está a pleno vapor e dispõe hoje de uma funcionária treinada e paga pela nossa corretora MED COMPANY para atender os conveniados e fiscalizar os pagamentos mensais, com relatórios semanais vistos pela Diretoria. O Boletim Sindical hoje enviado a todas as regionais e Estados, se firmou como veículo informativo contendo o caderno jurídico que possibilita o acompanhamento, das nossas ações judiciais, além de matérias jurídicas de interesse dos Delegados. O Sindicato em nossa gestão, jamais se OMITE em quaisquer questões colocadas pelos Delegados e busca sempre esclarecer e resolver todas as situações.

O acompanhamento dos serviços jurídicos a cargo dos escritórios "Mariz de Oliveira Advocacia" e "Gregori Capano Advogados Associados" é feito pessoalmente pelo Presidente do Sindicato - temos cerca de cento e cinquenta ações em andamento -. Contamos, ainda, com um relacionamento eficaz, cordial e integrativo com o escritório de advocacia Paulo Esteves, que presta a nossos Delegados assistência jurídica, quando solicitado..

Na área recreativa temos as reuniões às quartas-feiras para o Futebol Society a cargo do Dr. Mozart, Diretor de Esportes, e que busca trazer as nossas delegadas para o vôlei, da mesma forma. O Aikidô é praticado por nossos filiados com aulas ministradas pelo Sensei Severino Sales, 6º DAN, Presidente da Federação brasileira de Aikidô. O coral da SR também tem a colaboração do SINDPF no pagamento do maestro. A partir deste mês o SINDPF vai promover na última 5ª feira do mês, um Happy Hour na sede do Sindicato, com o acompanhamento de um videokê. Os representantes sindicais das regionais dos outros estados e interior, quando solicitam, recebem verbas para comemorações e solenidades.

A despeito de tudo isso, aliado à presença constante do nosso Sindicato em todas as questões nacionais da classe, não temos um expressivo número de filiados, que hoje chega a 250 (duzentos e cinquenta) somente. Para um Estado com cerca de dezesseis Delegacias Regionais e 150 Delegados na SR é inexplicável esse afastamento dos nossos colegas, que mesmo sem se filiar acabam recebendo os benefícios do trabalho sindical, que na realidade é pago pelos seus colegas filiados.

Não é compreensível este afastamento dos Delegados que não se filiam, pois, quando todo o país busca o fortalecimento da classe, esses colegas se distanciam de seus pares, quando não, efetuam críticas pouco inteligentes. Digo até, que vivem à sombra de seus colegas.

Por outro aspecto, até em contra-senso, o nosso plano médico, a nível nacional, tão bem administrado pelo Sindicato/SP, conta com cerca de 1.600 vidas, elogiado em todos os níveis pelos policiais federais. Muitos são conveniados e reconhecem nossa capacidade, mas não se filiam ao Sindicato. Isto me faz pensar que o egoísmo e a omissão são uma realidade em nosso meio, infelizmente. Desconhecem esses colegas que nos preparamos para nova batalha, face ao anteprojeto de Lei Orgânica do

MJ – SENASP - que desfigura a autoridade do Delegado e traz os peritos criminais para a participação na administração da instituição como já faz integralmente a direção do DPF. Também, a Direção Geral está elaborando um manual para regulamentar as operações policiais, inclusive sobre instauração de IPLs e investigações. Detalhe: não houve comunicação ou pedido de sugestões às descentralizadas que, na verdade, são as que operam a atividade de polícia nas mega operações. Vocês sabem o que pode advir de tudo isso? Acordem colegas acomodados, a água já vaza em nossos pés.

O que você irá receber daqui a 7 meses:

3ª classe: 12.992,70

2ª classe: 14.549,53

1ª classe: 17.006,29

Classe Especial: 19.053,57



Dr. Amaury Portugal

PS – Já viram as alterações da INO11? E a Resolução 20 do CNPM?

– O SINDPF já está tomando medidas cabíveis. O lado positivo: projeto de Lei que estabelece carreira jurídica para os Delegados e isonomia salarial com o MPF.

O SINDPF-SP está trabalhando! Filie-se!

- Prosa -

“...Sabe, sinto uma dor muito profunda aqui dentro, quando fico sabendo da prisão de um Delegado desses ou Agente. Nunca busquei qualquer facilidade no cargo e nem mesmo usei uma viatura da minha Delegacia, me embargam essas coisas.”

Armando Coelho Neto

Ignore o coração e a mente dos outros e eles o diário.

Homenagem da PF ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, que sempre honrou sua palavra para conosco.

- Homenagem -

MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS



Ministro Márcio T. Bastos

Os Policiais Federais, querem prestar uma homenagem ao digno Ministro Márcio, que em nenhum momento negou que houvesse um acordo formal do Governo para a concessão em duas parcelas do reajuste salarial.

Márcio Thomaz Bastos, digno amigo da Polícia Federal, merece de todos nós o máximo respeito e reconhecimento, pois, em sua gestão à frente do Ministério da Justiça, a nossa Instituição cresceu, se modernizou, foi

equipada cientificamente com o que há de melhor no mundo e se fortaleceu sem esquecer do homem que faz a polícia: o profissional policial federal e sua família.

Ainda presente em nossa lembrança, quando ele nos recebeu, pela primeira vez em sua casa em São Paulo, saído de seu descanso e lazer, num domingo, para nos confidenciar:

“Quero antes de deixar o Governo, colocar a Polícia Federal e o homem Policial Federal em igualdade com todas as outras instituições jurídicas do país”.

Obrigado Márcio Thomaz Bastos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Brasília, 2 de fevereiro de 2006

Ao Grupo das Entidades Representativas de Classe da Polícia Federal – GERC

Prezados Senhores,

Cumprimentando-os, faço referência aos entendimentos destinados à recomposição salarial dos integrantes da Carreira Policial Federal e do Plano Especial de Cargos do DPF, para reiterar o compromisso do Governo Federal em aprovar o pleito apresentado pela Direção Geral da Polícia Federal a este Ministério, nos termos da proposta datada de 11 de julho de 2005, tendo sido acertado com a equipe econômica que o aumento será dividido em duas vezes, ainda no presente exercício (2006).

Respeitosas saudações.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS
Ministro de Estado da Justiça

- Diárias -

É de suma importância que o valor da diária dos Policiais Federais seja **quadruplicada**. Sim, enquanto o MPF recebe setecentos reais de diária e o Promotor Estadual / SP, seiscentos reais, o Policial Federal recebe cento e vinte reais que são pagos após muito tempo.

A Direção Geral do DPF é insensível a este pleito que há muito vem sendo reclamado pela classe. Queremos um posicionamento do Diretor Geral a respeito, pois, o valor de nossa diária é uma vergonha.

- Pistola Glock 17-



Passados mais de três meses da publicação do Boletim que trouxe considerações relacionadas à segurança e precisão da Pistola Glock, até este momento, a Direção Geral não se manifestou.

Esperamos que o Ministro Tarso Genro se inteire do assunto e busque informações.

“Não resista às mudanças, elas são fundamentais para sua evolução e felicidade”.

- Medalha Alferes Tiradentes -



Dr. Amaury Portugal

A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, através de seu presidente **Sandro Avelar**, homenageou no dia 11 de abril no Clube Espéria, o Dr. **Amaury Portugal** com a **“Medalha Alferes Tiradentes”**. Essa comenda é concedida a personalidades nacionais e estrangeiras que, de qualquer forma, tenham prestado serviços ao Estado, ao Brasil ou à humanidade. Constitui uma reverência ao Protomartir da Independência do Brasil, cujo valor e exemplo à pátria transcendem as fronteiras do tempo. Outros Delegados aposentados de São Paulo, também receberam a honraria.

- Licença-maternidade -

Com o recente apoio do novo ministro da Saúde, José Gomes Temporão à licença-maternidade **de quatro para seis meses**, veio à tona o projeto de lei 281/2005 da senadora Patrícia Saboya Gomes. Elaborado após a campanha para criação do programa Empresa Cidadã, lançada pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente. Com ele, as empresas poderiam aderir voluntariamente à extensão da licença-maternidade, recebendo como incentivo fiscal a dedução integral do valor da remuneração correspondente aos 60 dias de prorrogação no Imposto de Renda. O projeto reacende discussões que passam pela condição da mulher na sociedade e no trabalho. Boa sugestão, para se elaborar Projeto de Lei concedendo seis meses de licença maternidade para a funcionária pública, aliás como está fazendo o SINDPF-SP. O escritório Gregori Capano através de seu titular Dr. EVANDRO CAPANO está elaborando projeto a ser imediatamente encaminhado, uniformizando a matéria quanto à mãe adotante e natural, prevendo a licença maternidade para seis meses.

Aliás, este é pleito das mães gestantes do DPF/SP inclusive com matérias já feitas pela Dra. Vera Lucon e Gladys Miranda.

- Comissão aprova reajuste de 26,5% para congressistas -

O reajuste de 26,5% nos salários do presidente da República e do vice, dos 34 ministros de Estado e dos 594 congressistas foi aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. O aumento dos deputados federais e senadores pode superar 60% na prática. Além disso, os parlamentares poderão gastar até R\$ 5.417 dos R\$ 15 mil da verba mensal para despesas nos Estados, sem comprovação.

A proposta de aumento leva em conta a inflação acumulada desde fevereiro de 2003 e precisam ser ratificados nos plenários da Câmara e do Senado. Pelo proposto, os congressistas devem ganhar cerca de R\$ 16 mil, o presidente, R\$ 11 mil, e o vice e os ministros, R\$ 10 mil. No ano passado, houve uma tentativa de elevar os salários dos congressistas em 91%, mas essa não chegou a ser levada à frente por má repercussão da proposta.

E pensar que os policiais federais tiveram que amargar por quase dois meses em uma mesa de negociação, por um acordo salarial, formalizado dois anos atrás e sem ser cumprido devidamente.

- Previdência quer reduzir pensão vitalícia -

O Ministério da Previdência quer diminuir o pagamento de pensões por morte e pretende levar propostas ao Fórum Nacional da Previdência. Uma das opções é acabar com a pensão vitalícia para viúvas jovens. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 4 milhões de casamentos no País são entre homens com mais de 65 anos e mulheres jovens. O ministro Luiz Marinho garantiu que as novas regras só valerão para quem for entrar no mercado.

De acordo com o ex-ministro da Fazenda e sócio da "Tendências Consultoria", Maílson da Nóbrega, a Previdência brasileira é excessivamente generosa e por isso é uma das mais insustentáveis. Nas pensões por morte, a generosidade é ainda maior. Já é hora de deixar a compaixão de lado e tratar o tema com seriedade. Não parece justo que a viúva jovem, empregada e sem filhos receba 100% da renda do falecido.

"Os obstáculos servem como aprendizagem e evolução".

- Chapa "Dignidade e Luta" vence na eleição do SINDPF/SP -

No dia da realização das eleições da Diretoria Executiva do SINDPF-SP, o Superintendente Regional em São Paulo, Geraldo José de Araújo, proibiu em ato de completo arbítrio a colocação da urna pela Comissão Eleitoral na Sede da SR/SP. A proibição ilegal veio às 17 horas do dia pré eleitoral, o que nos fez supor a intenção de prejudicar a votação, pois, não tivemos tempo para mudar o curso dos trabalhos de coleta de votos, que aconteceu no dia **9 de março** deste ano. Sendo assim, a Comissão Eleitoral transferiu o local para a sede do SINDPF. A diretoria, em consenso, deve representar à Procuradoria do Ministério do Trabalho para outras providências legais, administrativas e criminais.

A chapa União, através do candidato a presidente Osmário Climaco Vasconcelos, apresentou no dia 8 de março a renúncia de sua candidatura de forma integral. Diante da desistência apresentada, a Comissão Eleitoral homologou a chapa Dignidade e Luta, encabeçada pelo candidato a presidente Amaury de Rosis Portugal, como vencedora. Não tendo ocorrido qualquer contestação e impugnação no prazo de 5 dias, conforme previsto no art.34 do Estatuto Social, a DIRETORIA tomou posse no prazo legal, assim composta:

Diretoria Executiva

Presidente: José Amaury De Rosis Portugal

Vice Presidente: Rodrigo Anacleto Corpo

Diretor Executivo: Sérgio Antonio Trivelin

Diretor Financeiro: Dráuzio S. Dornellas Coelho

Diretor Social: Cecília Machado Mechica Miguel

Diretor Jurídico: Fernando Antonio Bonhsack

Diretor de Esportes: Arnaldo Mozart

Suplentes Diretoria Executiva

1º Suplente: Carlos Manoel Gaya da Costa

2º Suplente: César Augusto Toselli

3º Suplente: Leandro Sancassani

Conselho Fiscal

1º Membro: Mauro Ament

2º Membro: Rui Julião Chaves

3º Membro: Paulo Cezar de Oliveira

Suplentes do Conselho Fiscal

1º Suplente: Renato Casarini Muzzi

2º Suplente: Luciano Pestana Barbosa

DIGNIDADE E LUTA!

- FENADEPOL -

No dia 28 de fevereiro de 2007 a FENADEPOL, Federação Nacional de Polícia Federal, realizou eleição de sua Diretoria executiva, tendo o colegiado de Presidentes Sindicais, proclamado vencedora a Chapa Única encabeçada por Antonio Elias Odarcgy Júnior.

Armando Coelho Neto, então Presidente por vários anos e expoente na luta pela unidade da classe, resolveu se afastar e não aceitar qualquer cargo para compor a diretoria. Só esperamos que ele continue a luta pela sua classe!



Armando Coelho Neto

Assim ficou a nova Diretoria Executiva:

Diretoria Executiva FNDPF

Presidente: Antonio Elias Ordacgy Junior - RJ

1º Vice Presidente: Cesar Augusto Toselli - SP

2º Vice Presidente: Antonio Barbosa Gois - CE

Secretário Geral: Eziel Ferreira Santos - RJ

1º Secretário: Amaury Portugal - SP

(Secretário) Diretor de Finanças: Waldir Silveira Zacarias - RJ

(Secretário) 2º Diretor de Finanças: Wilton Gomes - SP

(Secretário) Diretor de Assuntos Jurídicos: Kemyo Melo Guimarães - MG

(Secretário) Diretor de Assuntos Parlamentares: Praxíteles Fragoço Praxedes - DF

(Secretário) Diretor de Comunicação Social: André Luiz Diniz Gonçalves Soares - RJ

(Secretário) Diretor de Defesa de Prerrogativas: Célio Jacinto dos Santos -MG

(Secretário) Diretor de Aposentados e Pensionistas: Silvio Santos - PE

SUPLENTES

1º Wallace Tarcísio Pontes - ES

2º Márcio Augusto de André Pereira - SP

3º Sandro Torres Avelar - DF

4º Carlos Henrique Cotta D'Angelo - AL

CONSELHO FISCAL

Presidente: Manoieto Cunha - RS

1º Membro: Rodrigo Carneiro Gomes-DF

2º Membro: Orlando Abrão Kalil - PR

SUPLENTES

1º Suplente: Sérgio Weekes Brandão - RJ

2º Suplente: Eduardo Longo Aureliano - SC

3º Suplente: José Roberto Benedito Pereira - DF

- PFs são disputados para cargos estaduais -

Com as muitas e bem-sucedidas operações da Polícia Federal por todo País, os Delegados da PF passaram a ser vistos por Governadores e Ministros como um tipo de reforço a mais. Um desses casos é o do policial Paulo Lacerda que é disputado por três ministros.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, quer colocar Lacerda à frente do novo Ibama fiscalizador, que está sendo criado para ajudar o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). O chefe de Lacerda, o ministro da Justiça, Tarso Genro, quer mantê-lo no posto. Além dessas propostas, ele também recebeu convite para chefiar o INSS, que vêm enfrentando vários problemas de desvios de dinheiro.

As convocações de Delegados da PF para cargos dos "Executivos" estaduais vêm crescendo a cada dia. Já

são mais de 30 cedidos a seis Estados e dois municípios. Há cerca de seis delegados no comando de secretarias de Segurança Pública, no Rio de Janeiro, Sergipe, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

O governo que mais requisitou policiais federais para trabalhar na sua Secretaria de Segurança foi à Bahia. Cerca de 13 integrantes da PF foram cedidos para o governador Jaques Wagner (PT).

Fonte: O Estado de São Paulo

- Reunião revela clima tenso na PF -

A reunião de Superintendentes e Diretores da Polícia Federal, convocada em caráter de emergência no dia 1º de junho deste ano para comunicar a decisão do Superior Tribunal de Justiça que determinou o afastamento de três delegados, revelou o tom tenso que a instituição vive hoje.

Zulmar Pimentel, que até então era diretor-executivo, ficará afastado do cargo por 90 dias e criticou a forma de atuação da Diretoria de Inteligência Policial, responsável pela investigação relacionada às operações Navalha e Octopus.

Já Renato Porciúncula, principal adversário de Zulmar na disputa para suceder Paulo Lacerda como Diretor-Geral da PF, defendeu métodos de sua equipe e disse que o trabalho feito segue a lei e foi encaminhado às autoridades competentes.

A Ministra do STJ Eliana Calmon ordenou o afastamento de Zulmar, César Nunes (superintendente da PF na Bahia), e Paulo Bezerra (secretário de Segurança da Bahia). Nunes é acusado de ter prejudicado o trabalho da PF em duas ocasiões: na prisão de dois policiais em missão no aeroporto de Salvador e na apreensão de um computador usado por Delegado na Superintendência da PF na Bahia. Ele nega as acusações.

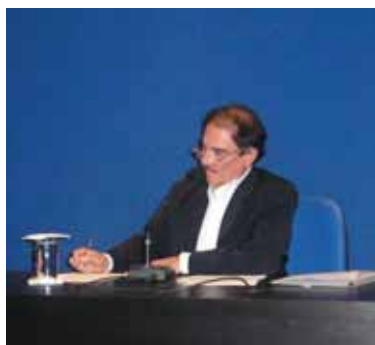
Diante do clima tenso, Lacerda pediu que não levassem a decisão para o lado pessoal. Disse que "decisão judicial não se discute, se cumpre".

Fonte: Folha de S. Paulo



Paulo Lacerda

- PF estuda recorrer contra decisão do MP -



Dr. Amaury Portugal

Ministério Público em relação ao controle externo das polícias.

A resolução regulamenta o artigo 9.º da Lei Complementar 75, de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público).

“Vamos ao Supremo Tribunal Federal, até a última instância para impedir esse ato de autoritarismo”, declarou Amaury Portugal, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal em São Paulo em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo.

A direção da PF evitou comentários. “Não vi o texto e só vou me manifestar após ter clareza sobre como o Ministério Público se propõe a exercer sua prerrogativa de controle externo”, afirmou o diretor-geral, Paulo Lacerda.

Fonte: O Estado de S.Paulo

- PF faz greve de 24 horas no dia 28 de março -



O movimento aconteceu na mesma data em que a PF completou 44 anos de criação. O ato aconteceu na semana em que Tarso Genro assumiu o Ministério da Justiça. O Ministro da Justiça pediu ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que retomasse as negociações com a categoria. O presidente do SINDPF-SP, Amaury Portugal, ameaçou, dizendo que se o governo não voltasse a negociar, a greve só acabaria após o Pan.

No total, cerca de quatorze mil trabalhadores, entre delegados, agentes, peritos, escrivães e papiloscopistas, aderiram à paralisação em todo o país. Vários serviços foram suspensos, como: emissão de passaportes, oitivas e cumprimentos de mandados de prisão que não eram em flagrante.

Resultados da paralisação

Neste dia, os aeroportos foram poupados da paralisação de 24 horas da PF, funcionando normalmente. O efeito mais visível da greve foi nos setores de emissão de passaportes, que só atenderam casos de urgência.

De acordo com o Sindicato dos Servidores da Polícia Federal no Estado de São Paulo, mais de 1.200 pessoas deixaram de ser atendidas no dia 28 de março no prédio da PF na capital. Em todo o Estado, esse número deve ter chegado a 3 mil, segundo levantamento do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal.

Os inquiridos também ficaram parados. Segundo o presidente do SINDPF, Amaury Portugal, só na capital, foram 10 mil paralisados. Dos 2 mil policiais federais em todo o Estado, apenas 200 ficaram de plantão trabalhando em serviços essenciais.

-Greve em aeroportos é suspensa por homenagem-



A suspensão da operação-padrão nos Aeroportos de São Paulo no dia 28 de março ocorreu devido a uma “homenagem” ao Ministro da Justiça Tarso Genro, afirmou o presidente do SINDPF, Amaury Portugal. “Fizemos

isso em homenagem ao ministro Tarso Genro, que prometeu nos dar a reposição”.Portugal era favorável à paralisação, mas desistiu após saber que o Ministro fizera uma visita de solidariedade às entidades classistas.

- PF x Governo -

A colunista Dora Kramer escreveu no dia 17 de abril um texto para o jornal O Estado de S.Paulo sobre o não cumprimento do acordo do governo com a Polícia Federal. Confira a matéria na íntegra:

Ao vosso reino, nada

A Polícia Federal, que já vinha se sentindo subtraída no balanço de deveres e haveres com o governo, agora tem mais um motivo para acreditar que está sendo tratada na base do venha a nós, ao vosso reino, nada, e se empenhar na cobrança do cumprimento do acordo por aumento de 60% feito em fevereiro do ano passado sob a chancela do então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Informado de que a instalação da CPI do Apagão Aéreo é inevitável na Câmara – pois o Supremo Tribunal Federal tende a confirmar, no julgamento do mérito da ação, a liminar já concedida em favor da CPI-, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao sucessor de Thomaz Bastos, Tarso Genro, que solicite à PF a abertura de investigações sobre a Infraero.

A motivação do gesto é óbvia: tentar criar um novo argumento contra a CPI, mais uma vez usando a Polícia

Federal para evitar investigações de caráter político no âmbito parlamentar, sob a alegação de que o governo, por intermédio da PF, já tomou as providências necessárias.

Durante todo o primeiro mandato de Lula e até na campanha eleitoral, com o caso do dossiê antitucano (cujas investigações resultaram em coisa alguma), a PF foi prestativa na matéria. O governo usou – e por vezes abusou – as operações policiais como peça de propaganda de sua disposição de combater a corrupção sem a necessidade de interferência do Congresso.

Desta vez, no entanto, os policiais federais podem não se mostrar tão dispostos a prestar o serviço de salvar o governo de mais enrascada política se continuarem sendo ignorados em suas reivindicações salariais.

A primeira parcela do acordo de 60%, feito para ser pago em duas vezes, foi quitada no ano passado. Os 30% restantes deveriam ter sido saldados em dezembro, mas, até agora, nada de pagamento e nem sinal de negociações.

Duas reuniões marcadas na semana passada com o Ministério do Planejamento para discutir o assunto foram adiadas sem explicações convincentes. Enquanto isso, a PF vem se mantendo em estado de greve latente, promovendo paralisações de 24 horas em advertência e mobilizando os funcionários administrativos da polícia em adesão ao movimento.

Não é absurdo nem exagero pensar que os policiais façam um certo corpo mole diante da nova solicitação. Até porque o pedido de investigação sobre irregularidades na Infraero não deve ter caráter de urgência, a contar pela argumentação utilizada até agora pelo governo em relação à empresa administradora dos aeroportos brasileiros.

O Planalto vem afirmando que as ações do Tribunal de Contas e da Corregedoria-Geral da União (CGU) são mais que suficientes para dar conta das suspeitas sobre contratos para as obras de reformas nos aeroportos.

Se é assim, o apelo à PF nesta altura em que não uma, mas duas comissões de inquérito podem ser criadas no Congresso só pode ter o objetivo de simular dinamismo investigativo para tentar esvaziar as comissões parlamentares.

Fonte: O Estado de São Paulo – 17-04-07

- E-mail enviado parabenizando o SINDPF-SP -

Batalhador Amaury

Venho acompanhando, mesmo que discretamente os acontecimentos. Não poderia deixar de cumprimentá-lo pelo esforço e dedicação. Meu fraternal abraço para você e sua equipe. Só a gente que esteve na frente da batalha sabe o valor, o preço dessas mini-soluções. A despeito das críticas, quem puder fazer melhor que se apresente. Tudo de bom, sorte. Armando



- A cegueira da Justiça -



Sinais de envolvimento de desembargadores, juizes e procuradores com o mundo da contravenção dispararam a reação popular: o Judiciário está podre. Calma nessa hora, alerta Emília Viotti da Costa. “No Brasil, inverteu-se o princípio: agora todos são culpados até que se prove o contrário”. Para a historiadora, o Terceiro Poder precisa sair da sua invisibilidade histórica, manter-se autônomo, soberano e sereno, até mesmo para julgar seus pares.

Fonte: O Estado de S.Paulo

O Congresso Nacional precisa dar uma satisfação à Nação e afastar imediatamente os parlamentares envolvidos e se abster de conviver com a corrupção, traindo seu próprio povo, com a chamada “blindagem” aos “corruptos”!

- E-mails de colegas -



“Se o Hercules “cair” com os presos dentro, vai dar um rolo danado porque a integridade física dos presos é responsabilidade do DPF! Já se o Hercules cair cheio de federais não acontece nada, afinal de contas todos eram voluntários! Uma perguntinha cretina: algum federal já se recusou a viajar de Hercules?” a. DPF

“Gostaria de perguntar aos colegas por que os presos da operação Furacão, como tantas outras, serão transportados por jatinho, e não de Hercules da FAB?

A economia de custos serve apenas para os Delegados e demais servidores em missão?

São perguntas que espero que os dirigentes classistas se manifestem!”. a. DPF

- Financial Times –

De acordo com uma publicação do Financial Times o Brasil é o país do “rouba, mas faz” sem que o Congresso reaja à acusação.

Fonte: Folha de S.Paulo

- A Ira de Lula -

Polícia Federal e Procuradoria da República versus Corrupção

A grosso modo, entendo que a declaração do Presidente Lula, de que o inquieta, como cidadão, o comportamento da Polícia Federal e do Ministério Público Federal é totalmente infeliz. Como Presidente eleito pelo voto popular ele deve estar informado que a opinião

pública, o “povão”, está aplaudindo a Polícia Federal em qualquer lugar que ela se apresente.

Há muito não se combatia a corrupção neste país, como temos feito e com todo o cuidado, analisando e colhendo provas antes de qualquer ação ou operação policial.

Não obstante, sempre o fazemos com a ciência e aval do Poder Judiciário e não nos cabe culpa se os nomes envolvidos em conduta criminosa cheguem ao conhecimento do povo que o elegeu!

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal sempre atuaram com muita parcimônia em todos os casos, sem exceção, e não iriam agora aceitar a tal “blindagem” que querem fazer com determinados senhores da política, os tais cidadãos “acima de qualquer suspeita”.

O Ministério Público Federal é uma instituição de respeito e age com rigor, mas dentro da lei, já que sua destinação constitucional é fiscalizar sua aplicação.

Tanto o Ministério Público Federal quanto a Polícia Federal só deflagram uma operação desta e apontam os envolvidos, após meses e até anos de cautelosa investigação. Portanto, essa declaração do Presidente de que essas instituições “condenam” sem que a pessoa tenha cometido crime é totalmente infeliz, mesmo, por que, só a Justiça Pública pode condenar. O acusado é que deve provar na Justiça sua inocência, assim como Renan Calheiros é quem deve se preocupar em mostrar a lisura de seu procedimento e a fragilidade das provas, que até agora o condenam. Aliás o Congresso Nacional é quem deve ter cautela, pois, a opinião pública está atenta e bem esclarecida e espera uma punição exemplar dos “tribunos” que infringem a lei.

Portanto, o Presidente Lula não deve censurar a Polícia Federal e o Ministério Público Federal para manifestar seu apoio a Renan Calheiros, aliás, ele deveria agir como primeiro mandatário da nação e se colocar acima destas questões.

O Presidente deveria ter se preocupado também, com o delegado Edmilson Bruno, no caso “dossiê”, que foi exacrado pelo próprio Governo e pelo PT e, ainda, foi punido pela administração, aliás o único que sofreu

toda a condenação do caso, somente conseguindo se salvar pela atuação enérgica do Ministério Público Federal de São Paulo e da Justiça Federal.

*Amaury Portugal
Presidente do Sindicato dos
Delegados de Polícia Federal do
Estado de São Paulo*

*Publicado no O Estado de São Paulo
– 30/06/07.

- Entrevista - Jornal O Estado de São Paulo -

por **Fausto Macedo**

Em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo do dia 23 de abril, o presidente do SINDPF-SP Amaury de Rosis Portugal, diz que tem se dedicado a uma maratona pelo reajuste salarial da categoria à qual pertence, pressionando o governo a cumprir acordo firmado em fevereiro do ano passado. Por outro lado, Amaury Portugal se insurge...

Amaury Portugal se insurge contra o Conselho Nacional do Ministério Público que ameaça avançar sobre a investigação policial usurpando a função de polícia através de controle externo desmedido e contra a lei. Confira a entrevista na íntegra:

“O Ministério Público quer trazer para o nosso direito processual a mesma forma de atuação do promotor público americano, que mantém em seu gabinete o policial que corre atrás das provas para instruir os julgamentos, bem distante da nossa realidade e do nosso direito”, reagiu Amaury De Rosis Portugal, presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Federal em São Paulo. **“Isso é bonito para assistirmos em filmes policiais americanos, mas não na realidade da nossa lei constitucional e processual”.**

Por que os Delegados são contra a vigilância?

Como Delegado Federal, com mais de 30 anos nesta área do Direito, lembro que sempre tivemos perfeito domínio das investigações e da condução do inquérito policial, municiando o Ministério Público com os elementos e provas para oferecimento da denúncia e propiciando ao Juiz a materialidade para firmar sua convicção.

Os Delegados temem o controle?

Os Delegados se sentem pressionados, até ameaçados, no seu livre arbítrio na condução e busca de provas. Perdem sua liberdade e seus direitos de autoridades processantes, além de prerrogativas constitucionais. Comumente vemos delegados serem ameaçados pelo Ministério Público Federal com sindicâncias e processos administrativos, só por terem conduzido investigações por determinada linha, divergente do entendimento do MPF. Isso afronta a Constituição e a lei processual. Os Delegados não temem a fiscalização. Os Juizes-Corregedores têm a determinação legal de promover correções na polícia e nos inquéritos e nunca nos insurgimos.

O controle é ingerência?

A ingerência do MP é indevida. Nós detemos a técnica da investigação e os meios técnico-científicos para a coleta de provas que vão instruir o processo penal. O MP não tem a máquina adequada e formação para promover a investigação e pressiona a polícia para utilizar nossa tecnologia como senhores da formação do inquérito policial. Sob o pretexto do controle, não pode e não deve substituir a autoridade policial e assumir diretamente a condução das investigações criminais e de polícia judiciária. O crivo do Judiciário é primordial para os direitos e garantias individuais e para o cumprimento das leis e da Constituição. Essa nova investida do MPF para subordinar o Delegado ao Procurador tem visão autoritária e distorcida da lei, grave desrespeito à norma constitucional e processual penal. O Delegado é autoridade processante, com prerrogativas legais para fazer o inquérito.

A corregedoria da PF é eficaz?

A corregedoria é competente e eficaz. É muito rigorosa, até em excesso, na apuração e punição de policiais.



DIGNIDADE E LUTA!

- Entrevista da Procuradora da República - Janice Ascari

O jornal O Estado de S.Paulo do dia 23 de abril, também entrevistou a procuradora da República há mais de 15 anos, **Janice Agostinho Barreto Ascari**. Para ela, controle é obrigação constitucional e pode contribuir para detectar e desmontar esquemas de corrupção. Confira a entrevista:

Qual a importância do controle? A polícia não é fiscalizada por sua própria corregedoria?

As Corregedorias das Polícias, que podem auxiliar muito no controle exercido pelo MP, atuam no campo correicional e disciplinar, em assuntos internos. Não é nesse enfoque que o controle externo do MP deve ser feito. É uma obrigação que temos que cumprir por determinação constitucional e é relevante na medida em que o objeto desse controle é outro: manter a regularidade e a adequação dos procedimentos adotados na atividade policial, bem como a integração das funções do MP e das polícias, voltada para o interesse público.

Os delegados de polícia se queixam da fiscalização do MP, não aceitam subordinação.

Os delegados não são subordinados ao Ministério Público, como ocorre em outros países. Não se trata de imposição unilateral do MP. O inquérito policial tem como único destinatário o Ministério Público, que é o titular exclusivo da ação penal, por norma constitucional. Natural e legítimo que haja interesse do MP pelo inquérito, visando à regularidade e à efetividade. Incumbe ao MP a decisão de propor a ação penal.

O controle pode inibir corrupção?

Um acompanhamento mais atento e pormenorizado, por parte do MP, do inquérito policial pode, efetivamente, contribuir para detectar e desmontar esquemas de corrupção, praga que, aliás, contamina não só policiais como o serviço público em geral, sem exceções.

O que é controle externo?

O MP deve realizar visitas ordinárias e extraordinárias às repartições policiais, examinar a regularidade e o cumprimento dos mandados de prisão, das requisições e medidas determinadas pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, inclusive as escutas telefônicas. Deve verificar se há atividades de investigação sem formalização e boletins de ocorrência que não geram instauração de inquérito. O MP comunicará à respectiva corregedoria se constatar irregularidades que importem em falta funcional ou disciplinar. Pode o MP expedir recomendações visando à melhoria dos serviços policiais. Havendo fundada necessidade e conveniência, instaurar procedimento investigatório de crimes ocorridos no exercício da atividade policial.

Fonte: O Estado de São Paulo - 23/04/2007
Pelo Jornalista Fausto Macedo

"Refleta sobre o aprendizado em cada obstáculo vencido".

Amatory Portugal

- Eliana Calmon -



Desde que entrou no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 1999, a Ministra que deu ordens de prisão na Operação Navalha, da Polícia Federal, faz questão de deixar sua marca por onde passa. Como primeira mulher da Corte, foi também a primeira a participar de uma sessão usando calças compridas. A atitude serviu para liberar todas as mulheres da exigência de usar saia. No plenário, costuma defender

com afinco seus pontos de vista, mesmo que seja a única com uma determinada tese. É descrita pelos colegas como "baiana porreta".

Nas sessões do STJ, não foge de discussões acirradas e compra briga com quem tenta passar por cima de suas idéias. É considerada uma das mais atuantes e influentes na Corte. Certa vez, ouviu no plenário do tribunal o comentário controvertido de um colega. Tomou como um elogio.

- Ministra, Vossa Excelência vota como um homem!

Eliana costuma ser dura no julgamento de casos de corrupção e de desvio de dinheiro público. Na Operação Navalha, o inquérito gerou polêmicas. O presidente interino do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, criticou a atuação de Eliana e disse que os pedidos de prisão assinados por ela foram mal fundamentados. A ministra ficou chateada, mas preferiu ficar em silêncio.

Fonte: O Globo

NOTA: Este tipo de crítica parece fazer coro com a "blindagem" que o Congresso busca fazer com Renan Calheiros, visando sua impunidade.

- Sigilo -

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o afastamento de três delegados da Polícia Federal de suas funções públicas por 60 dias, sob o argumento de que teriam atrapalhado investigações relacionadas à Operação Navalha e feito vazar dados sigilosos. Foram afastados do cargo, o delegado Zulmar Pimentel, Diretor-Executivo da PF e segundo homem na hierarquia do órgão; o delegado César Nunes, superintendente da PF na Bahia; e o delegado aposentado Paulo Bezerra, que atualmente é secretário de Segurança Pública na Bahia. Outros 15 servidores acusados de envolvimento com o esquema de fraude a licitações descoberto pela Navalha estão sendo investigados em inquérito pela Ministra do STF Eliana Calmon.

A PF informou que irá instaurar procedimento disciplinar administrativo para apurar as denúncias e requisitou ao STJ documentos ligados à investigação.

Fonte: Folha de S.Paulo

- ESTADO DE ASSEMBLÉIA EM SÃO PAULO -

15/05/07

Desde a primeira proposta colocada à mesa pelo MOG, há duas semanas, o SINDPF SP declarou-se em estado de assembléia, não encerrando a AGE então convocada, possibilitando a reunião imediata em caso de urgência, sem necessidade de nova convocação estatutária.

Nas reuniões, o Presidente do Sindicato de São Paulo Amaury colheu o clamor e as manifestações da classe, tomando então, uma posição nas negociações em Brasília. Os filiados foram informados de todos os fatos ocorridos nas reuniões e a posição de todos os representantes à mesa de negociação, segundo observação do Presidente.

A Dra. *Creusa Camelier*, representando a *Associação das Mulheres PF*, manifestou ao Presidente Amaury a importância da sua presença e de São Paulo nas negociações, já que algumas entidades do dito GERC faziam restrições a que outros representantes que não das centrais /Brasília, compusessem a mesa. Disse mais, que graças à sua atuação e aos movimentos noticiados pela imprensa, o governo teve que mudar sua postura e reconhecer o acordo firmado, o que não ocorrera até então.



DPF Creusa Camelier

Segundo Amaury, havia obrigação como sindicalista em participar desde o início das negociações, pois, a classe que representa, estava inconformada com

a atuação do chamado GERC que durante tanto tempo - três anos - falou em nome de todos e a final restou uma MP/305, fatídica, que lançou os PFs na vala comum com todas as outras instituições, aquelas que sempre quiseram usurpar as funções e prerrogativas dos Delegados e policiais federais em geral, afastando de vez o êxito de nosso pleito em busca da carreira jurídica. Sem falar, nas perdas que todos tiveram, gratificações pessoais, ganhos por sentença judicial, etc. retiradas dos salários dos Policiais Federais.

PRF, PFF, etc... e PF, hoje são igualadas em importância pelo Governo Federal. Já a Polícia Civil do DF, teve tratamento diferenciado, pois, tem a mesma fonte de pagamento e já de início com a promessa de 14% de aumento em 2007. Pasmem senhores, informou o Chefe de Gab do Ministro da Justiça, Dr. Ronaldo Teixeira da Silva, à mesa de negociações, que protocolaram um documento assinado por todas as entidades de classe da Polícia Civil do DF, exigindo o mesmo aumento que poderá ser concedido à PF.



Congresso Nacional

O que foi muito estranho, segundo o Presidente Amaury, é que na primeira reunião da PF com o MOG/MJ, apareceram como "convidados" os representantes da PC, dois Delegados, agentes, escrivães entre outros, compondo a mesa de negociações da classe policial federal. A segunda reunião teve a mesma ocorrência, o que causou perplexidade, tanto que na terceira reunião o MOG impediu a entrada destes Policiais Cíveis, pois, a negociação era da PF, segundo os representantes do Governo. O Presidente Amaury reputou de suma gravidade tal fato, pois, nitidamente as negociações da PF estavam sendo atrapalhadas por uma ingerência descabida e absurda. Os representantes do Governo ficaram tão irritados que em todo início de reunião um funcionário ia à sala e perguntava se não havia ninguém "infiltrado".



Intra muros, Amaury soube que o governo vinha sendo pressionado pela Polícia Civil e estava constrangido em oferecer aumento superior a 14% aos Policiais Federais. De qualquer forma o estrago para 2007 já está feito e não é graças a nós, afirma o Presidente do SINDPF-SP.

Após isto, Amaury afirmou que se sentiu desrespeitado pelo GERC que não desejava a presença de colegas que não fossem de Brasília. Amaury afirmou que desde o início já percebera tal manobra, mas, que nada o impediria de colocar-se à mesa de negociações. Infelizmente, disse ele, a vaidade e o cabotismo imperam em nosso meio, mas, só devo explicações e me preocupo com meus colegas Delegados.



DPF Amaury Portugal

Segundo Amaury, na reunião de segunda-feira, dia 14, **pedindo a palavra**, fez uma análise da atuação da PF e das vezes em que teve que defender a Instituição e por consequência o próprio governo perante a mídia, falando sobre o fato de que entre dez jovens universitários, oito têm o sonho de ser policiais federais e em contrapartida, entre dez novos Delegados, oito desejam migrar para outras instituições, citando o fato de que nos últimos meses cerca de trinta filiados deixaram o Sindicato de São Paulo indo para outras carreiras. Citou ainda as operações DASLU e SCHINCARIOL,

quando a PF foi acusada de estar a mando dos interesses eleitorais do Governo e que esperava, por estes fatos, um tratamento mais digno e não uma mesa de comércio, onde a mercadoria eram os policiais federais, com propostas inaceitáveis. Amaury pediu, ainda, ao representante do MJ, Dr. Ronaldo Teixeira da Silva, que transmitisse ao Ministro da Justiça estes fatos e que a Instituição Polícia Federal era inquestionavelmente forte, enquanto o homem que faz polícia estava exangue e desprestigiado pela própria instituição e pelo governo. Solicitou ao interlocutor do Governo, Dr. Sergio Mendonça, que se fizesse uma suplementação de verba neste exercício de 2007, para atender aos policiais federais, já que esta providência sempre ocorreu por parte do governo e que a alegação de que as verbas estavam já comprometidas desde o exercício anterior é perfeitamente contornável, quando se tem boa vontade. Amaury pediu, ainda, um



tratamento mais digno e respeitoso para com os policiais federais e que de forma alguma poderiam aceitar uma proposta de salários que não fossem pagos no exercício de 2007. Afirmou que caso não se chegasse a um denominador comum, iriam tratar diretamente com o Presidente da República e em cada Aeroporto que ele descesse, ali estariam policiais federais para reivindicar. Quando o Presidente estivesse em seu apartamento em São Bernardo do Campo, o Sindicato de SP ali estaria fazendo vigília, dia e noite, com faixas e bandeiras, etc. O representante do MJ, Dr. Ronaldo Teixeira da Silva, respondendo ao Presidente do Sindicato de São Paulo, disse que jamais tiveram qualquer atitude de desrespeito para com os policiais, tanto que estavam à mesa de negociações da forma mais democrática, como nunca ocorreria em qualquer outro governo e que levariam ao Ministro da Justiça todas as reivindicações feitas. Após receberem a contraproposta, disseram que iriam levá-la aos respectivos Ministros MOG/MJ e que pretendiam encerrar as negociações com bom termo para os policiais federais.

A Assembléia de São Paulo decidiu sobre a paralisação/greve geral a partir do dia 22, caso a solução salarial não passasse pelo exercício de 2007, observando que o Sindicato de São Paulo iria cumprir a palavra acordada no MOG, de que não sealaria em greve antes das negociações finais, cuja data fora prevista, inicialmente, para o dia 27 de maio/07. Todos os participantes da mesa concordaram com estes termos.

A Diretoria do Sindicato de São Paulo entende de suma importância, relatar a seus sindicalizados todos os fatos e detalhes para que cada um forme seu juízo sobre o momento vivido e, se fosse de outra forma, que não a verdade, estaria traindo a própria classe.

Caroline Sorechio – Assessora de Imprensa SINDPF/SP

“O Ego mente, calunia, estimula a sensualidade, fomenta a ganância, gera o ódio, a inveja, trabalha pela insensatez”.

O Redator

- ACORDO SALARIAL -

Efetivamente, após desgastantes negociações, governo e entidades sindicais chegaram a um acordo quanto a datas e índices. O Ministério do Planejamento, pelo Ministro Paulo Bernardo, concordou em antecipar para setembro de 2007, a primeira parcela do reajuste e elevá-la de 4% para 8,40% (classe especial). O reajuste total, a partir de maio de 2006, passou a ser de 60% a 77,75% entre as classes, completado em fevereiro de 2009.

Tabela

Setembro/2007

Especial	1ª	2ª	3ª
8,40%	6,92%	6,92%	6,92%
16.683,98	15.201,90	13.005,60	11.614,10

Fevereiro/2008

Especial	1ª	2ª	3ª
23,79%	19,61%	19,62%	19,61%
19.053,57	17.006,29	14.549,53	12.992,70

Fevereiro/2009

Especial	1ª	2ª	3ª
27,99%	23,07%	23,08%	23,08%
19.699,82	17.498,40	14.970,60	13.368,68

A VERDADE: O Governo havia descartado por completo conceder a 2ª parcela do reajuste salarial.

CONSEGUIMOS ISTO A “FORCEPS”

Amaury



“O diabo sabe mais por ser velho, do que por ser diabo!”

- DIÁLOGO -

Tarso Genro - os Sindicatos se mobilizam para contribuir, além das pautas corporativas, para a ampliação dos espaços democráticos no Estado e a afirmação de conquistas universais para a sociedade.



Revista Indícios,
maio/junho 07, pg.11

- TARSO GENRO E PAULO BERNARDO -

Acordo de Governo



Ministro Tarsio Genro

Por dois meses, Sindicatos e Associações representando os policiais federais se ladearam aos negociadores do Governo Federal no Ministério do Planejamento, buscando uma solução para o pagamento do reajuste salarial concedido formalmente em 2005/2006.

A estratégia dos negociadores do Governo era estender essas reuniões pelo maior tempo possível, visando flexibilizar os prazos e valores concernentes à 2ª parcela do reajuste salarial.

Cerca de quinze entidades classistas da PF estiveram por mais de dois meses à mesa de negociações. Pelo Governo, falaram o Dr. Sérgio Mendonça, Secretário do SRH do MOG e o Dr. Ronaldo Teixeira da Silva, representando o Ministro da Justiça, Tarso Genro.

A bem da verdade, as negociações caminharam mal e os interlocutores do Governo se negavam a, inicialmente, reconhecer que houvesse um acordo "de Governo", o que motivou a paralisação do Aeroporto de Cumbica – Guarulhos, em São Paulo, pelos Delegados Federais paulistas, com movimentos e protestos em todas as regionais do país.

Após, o Dr. Sérgio Mendonça e Dr. Ronaldo Teixeira da Silva reconhecerem que

"tinham uma conta lá atrás a pagar", as negociações prosseguiram, sempre com dificuldades impostas pelo Ministério do Planejamento, que se negava a cobrir qualquer índice no exercício de 2007 e queriam estender parcelas anuais entre 2008 e 2010.

Chegamos à última reunião programada já anteriormente, com uma contraproposta levada ao Governo e uma paralisação e greve geral às portas, caso não fosse resolvida a pendência. Diante do impasse, as entidades, pressionadas por **Lúcia Castralli**, batalhadora colega DPF da Bahia e que já se encontrava em greve total no Estado, inclusive sem participar de operações em andamento, resolveram recrudescer o movimento em todo o país.



DPF Lúcia Castralli

Assim, com a paralisação novamente, dos aeroportos de São Paulo e a repercussão na mídia aliada aos questionamentos que o comando de greve de São Paulo fazia aos Parlamentares do Congresso que se submetiam à Operação Padrão, o governo resolveu fechar a questão na última reunião do dia 24 de Maio. Como fato pitoresco mencionamos que fomos "avisados" que o Ministro Guido Mantega estaria desembarcando na ala internacional, após uma missão no exterior como representante do Governo. Fechamos o desembarque com cerca de 15 policiais, Delegados, Agentes e um "batalhão" da imprensa à porta de saída, para questionarmos o Ministro.

Após horas de espera, soubemos que a empresa aérea avisara o Ministro que ficou duas horas dentro da aeronave, com receio de sair, indo desembarcar em outro local, talvez "Brasília".

Por fim, na última reunião chegou-se a um impasse e íamos nos retirar das negociações, quando o Dr. Sérgio Mendonça e Dr. Ronaldo Teixeira da Silva, disseram que só os Ministros poderiam mudar os números e prazos.



Ministro Paulo Bernardo

De esta forma o Ministro Paulo Bernardo, circundado pelo Ministro Tarso Genro, colocou números e prazos, que, diante das dificuldades, foram aceitos pelas entidades representativas da PF, com o compromisso que se efetuará por Medida Provisória a ser editada até 30 de Julho/2007.

Não só os representantes de classe da Polícia Federal merecem os maiores elogios pelas negociações, mas, toda a família policial federal, que soube compreender as dificuldades e o momento tenso que estamos passando em nossa administração com risco até de perdermos o que nos era devido.

Amaury Portugal



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Recursos Humanos
Departamento de Relações de Trabalho
Coordenação Geral de Negociação e Relações Sindicais
Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 7º andar, Sala 720
Cep: 70.046-900 – Brasília-DF.

Ofício nº/2005 – CGNES/SRH/MP

Brasília, 17 de junho de 2007.

Ao Senhor,

José Amaury de Rosis Portugal

Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no Estado de São Paulo.

Avenida Santa Marina, nº 586 – Lapa – São Paulo/SP.

Prezado Senhor,

Em resposta a solicitação contida no Ofício nº 42/2007 SIND-DPF/SP, em primeiro lugar, desejamos agradecer a manifestação de apreço, e esperamos que o resultado do processo de negociação venha de fato atender aos anseios da população, no que diz respeito à melhoria da qualidade dos serviços prestados, por este importante setor, que é a Polícia Federal e os seus trabalhadores.

No que refere à questão de futuros reajustes, temos a esclarecer o que segue:

1- Agora, que foi concluído o acordo, o governo mantém o compromisso de encaminhar à Casa Civil da Presidência da República, proposta de Medida Provisória contemplando as alterações na tabela remuneratória, conforme as bases acordadas na última rodada de negociação, ocasião do fechamento do acordo;

2- Entendemos que o fechamento do acordo, a Carreira da Polícia Federal já se encontra antecipadamente incluída no Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, por conta dos impactos financeiros, previstos para os próximos dois anos, além deste;

3- Este governo pretende continuar adotando a política de reajuste diferenciada, por entender que reajustes lineares, tende a aprofundar as distorções existentes entre os diversos setores do funcionalismo público federal e,

4- Entretanto, caso o governo, por mera formalidade legal, venha a adotar um índice de reajuste linear, este terá que contemplar o conjunto dos servidores.

Sendo o que temos a esclarecer no momento, colocamos à disposição.

Atenciosamente,


Elizabete Muniz de Sousa

Coordenação Geral de Negociação e Relações Sindicais/CGNES/
DERT/SRH.

- Posse do Novo Superintendente -



Tomou posse em Ato Solene no dia 25 de junho de 2007, o novo Superintendente Regional da Polícia Federal/SP, o DPF Jaber Makul Hanna Saadi. Muitas autoridades estiveram presentes, inclusive o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Paulo Lacerda e o presidente da OAB, Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso.

Registramos, também, compondo a mesa, a ilustre representante do Ministério Público Federal, Dra. Adriana Zawada de Melo, Procuradora Chefe da Procuradoria da República em São Paulo.

O Delegado Jaber goza de prestígio e amizade entre os policiais paulistas e dele se espera uma gestão bem atuante e voltada ao respeito para com os policiais, como sempre foi sua marca.

O Sindicato dos Delegados Federais de São Paulo, esteve presente a solenidade representada por seu presidente Amaury Portugal, para dar as boas vindas ao DPF Jaber Saadi.



Amaury Portugal e Jaber Saadi

- II Encontro Nacional de Delegadas de Polícia Federal -



DPF Mirânjela Maria Batista Leite

O II Encontro Nacional de Delegadas de Polícia Federal aconteceu no mês de maio e reuniu mulheres de todo país. Entre elas, a Delegada Mirânjela Maria Batista Leite, que é hoje, coordenadora de ensino e diretora substituta da ANP, além de ser oficial de ligação do Brasil junto ao Centro de Coordenação e Capacitação Policial do Mercosul (CCCCP) e atual diretora. "Acredito que nós mulheres do DPF precisamos ser vistas e ouvidas. O diretor-geral é um homem de visão estratégica e, neste sentido, deu oportunidades a que algumas delegadas, com competência reconhecida no âmbito do DPF, pudessem mostrar como é o gerenciamento feminino de instituições policiais; assim temos delegadas regionais executivas, superintendentes regionais e uma diretora. Para nós, significou o reconhecimento de nossas habilidades de comando", comemora.

Estiveram presentes no encontro, representando o Sindicato dos Delegados de São Paulo, as Delegadas Stelamaris Kubota, Lígia Lucindo, Lucyana Pepe Affonso e Lenira do Valle Camargo.



- Carta de Agradecimento -

São Paulo, 22 de junho de 2007.

Ao
Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no Estado de São Paulo
A/C
Dr. AMAURY PORTUGAL

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, através de sua regional São Paulo, agradece o apoio emprestado à nossa categoria no sentido de solucionar o pleito que deu causa, na terceira etapa da campanha salarial de 2005, a 50 dias de greve, encerrada dia 14 de junho último, com acordo parcial.

Os servidores do Banco Central buscam a justa isonomia remuneratória com as categorias congêneres no Serviço Público Federal.

Reafirmando nossos agradecimentos, colocamo-nos à disposição para apoiar as demandas justas de seus filiados.

Atenciosamente,

Aparecido Francisco de Sales
(Presidente Regional)

Iso Sendacz
(Diretor de Relações Externas)

- Meditação -

Em certas épocas, a humanidade foi agraciada por manifestações divinas, emissários "avatares", recebendo DEUS na forma humana para ajudar os homens a crescerem, melhorarem hábitos doentios e se moralizarem, na busca do amor universal. Assim, surgiram JESUS, KRISHNA, BUDA, MOISÉS, LAO-TSÉ, MAOMÉ, SÓCRATES, SANTO AGOSTINHO, ALLAN KARDEC, entre outros.

Fonte: Momentos de Meditação, por Joana de Angelis -

IR - Você sabia?

De todo o imposto de renda arrecadado pelo Governo Federal no país, mais de 43% provem do Estado de São Paulo!

O SINDPF - SP cumprimenta os novos Delegados Sindicalizados

Adalto Ismael Rodrigues Machado - SP
André Federico - MG
Diógenes Perez de Souza - SP

CENTRAIS SINDICAIS

Os tempos são outros. Em vias de ocorrer grandes mudanças na estrutura sindical do Brasil, nós, Policiais Federais, precisamos nos estruturar para que nos adequemos às exigências legais que estão por vir.

Em São Paulo acaba de surgir a União Geral dos Trabalhadores - UGT - com cerca de 5 milhões de filiados.

A medida provisória que dará nova estrutura sindical ao país já está pronta e a verba destinada a cada uma dessas centrais é algo vultuoso e que está movimentando as lideranças confederativas dos trabalhadores.

Nada impede que nos filieemos a uma dessas centrais gerais, apenas, precisamos aguardar a Medida Provisória para analisarmos a nossa condição legal e se preenchemos os requisitos da nova estrutura sindical.

Tenho, forçosamente, que cumprimentar o Mazo pelo pioneirismo, pois, em meados de junho realizou-se o Rio de Janeiro o IIº ENLASP - Encontro Nacional de Líderes e Sindicatos de Policiais do

Brasil. Nesta oportunidade estavam presentes os colegas Cláudio Avelar pela FENAPEF e a amiga Creusa Camelier pela associação Nacional das Mulheres Policiais do Brasil, além do SINDPF-SP por seu Presidente, acompanhado do Dr. Fernando Antonio Bonhsack, Diretor Jurídico.

O Mazo foi um dos organizadores e presidiu o encontro onde estavam presentes cerca de sete entidades policiais do Brasil, abordando a adequação das organizações policiais à uma Central Geral dos Policiais - CGP - com representação junto ao Governo Central e participação nas vultuosas verbas sindicais .

Apenas, não se estabeleceu a forma de composição e faltaram elementos para que se conheça as exigências legais a viabilizar essa nova estrutura sindical.

De qualquer forma estamos acompanhando o processo e, após a MP Sindical, iremos nos posicionar e forçosamente nos filiarmos a uma Central Geral, que, espero seja a dos Policiais do Brasil.

Amaury Portugal
SINDPF/SP

- Aniversariantes do mês de Maio -

01/05 Ertes Correa Batista
03/05 Elton da Silva Jacques
04/05 José Edilson de Souza Freitas
05/05 Antonio Amaro da Silva
05/05 Paulo Ryoichi Miyoshi
07/05 Gilse Aparecida Landgraf
10/05 Renato Casarini Muzy
11/05 César Augusto Toselli
12/05 Cássia Ribeiro Gonçalves
12/05 Francisco Pereira Munhoz
13/05 André Shigueyuki Koganemaru
15/05 Adilson Calamante
16/05 Ulisses Prates Junior
17/05 Ricardo Carriel de Oliveira
18/05 Regiane Martinelli
21/05 Alessandro Moretti
21/05 João Onésimo de Mello
22/05 Flávio Luiz Trivella
22/05 Lenira do Valle Amaral Camargo
22/05 Lúcia Machado Barbosa Castralli
24/05 Clayton Pontual Ribeiro Barbosa
24/05 Jairo Ruiz Garcia
24/05 Luciano Pestana Barbosa
25/05 Fernanda Golin Nogueira
28/05 Armando Rodrigues Coelho Neto
28/05 Fábio Henrique Maiorino
28/05 Helton de Abreu
29/05 Cláudio Pires Martins
31/05 Luciana de Castro Ribeiro

- Aniversariantes do mês de Junho -

01/06 Antonio Juenides Viana Santos
01/06 Hermes Rubens Siviero Júnior
06/06 Thereza Christina Zicman
08/06 José Marcelo Previtali Nascimento
09/06 Dirceu Lopes
09/06 Wilson Alfredo Perpétuo
10/06 Maurício Coelho Rocha
11/06 Welder Oliveira de Almeida
13/06 Sergio Antonio Trivelin
14/06 Antonio Vaz de Oliveira
15/06 José Lourenço do Nascimento
16/06 Paulo Eduardo Aguilar da Silva
17/06 Dirceu Bertin
19/06 Irajá de Souza
20/06 Eduardo Jaworski de Lima
21/06 Oscar Luiz Torres
22/06 Mauro Ament
26/06 João Alberto Souza Pellegatti
27/06 Claudio Nogueira
28/06 Marcos Uruguai Bentes Lobato
28/06 Pedro Luiz Novaes Santos

- Aniversariantes do mês de Julho -

03/07 Rodrigo Strini Franco
05/07 Victor Hugo Rodrigues Alves Ferreira
07/07 Aldo Yassuki Ivata
09/07 Gilberto Aparecido Américo
09/07 Graziela da Costa e Silva Zanini
09/07 René Recart
10/07 Antonio Pietro
10/07 Ariovaldo Peixoto dos Anjos
10/07 Humberto Togashi Takara
10/07 Marli Barreto
12/07 Roberto Ciciliartti Troncon Filho
16/07 Luiz Fernando Castro
18/07 Fábio Scliar
18/07 Joel Alonso
19/07 Irajá de Souza
19/07 Vinícius Loque Sobreira
20/07 Ulisses Francisco Vieira Mendes
22/07 Antonio Decaro Júnior
23/07 Sebastião Augusto de Camargo Pujol
24/07 Elmer Coelho Vicente
25/07 Junior Aparecido Taglialienha
27/07 Luiz Carlos de Oliveira César Zubcov
28/07 Juliana Resende Silva

BRASILPREV

Previdência Privada – SINDPF/SP

É com grande satisfação que comunicamos a **Brasilprev** como a empresa de previdência complementar para todos os **Delegados** filiados ao **Sindicato** e **Policiais Federais** em Geral. Através de um plano com vantagens comerciais extremamente competitivas, firmamos a parceria com a Brasilprev, uma empresa privada, resultado da parceria entre o maior Banco do país, o **Banco do Brasil** e o **Principal Financial Group** – um dos maiores gestores de planos de previdência empresariais nos Estados Unidos. A Brasilprev é a única empresa do mercado brasileiro especializada em previdência. Aguarde!!! Em breve você terá acesso a todas informações sobre este importante benefício através de um dos consultores da Brasilprev.

Expediente:

Editor e Redator:

Amaury de Rosis Portugal

Revisora:

Caroline Sorechio

Visite nosso site

www.sindpfsp.org.br

Endereço do Sindicato:

Av. Santa Marina, 586
Água Branca – São Paulo – SP
Cep: 05036-000
Fone: (11) 3611-8160
Fone/Fax: (11) 3611-2980
E-mail: sindpf@terra.com.br

DIRETORIA:

JOSÉ AMAURY DE ROSIS PORTUGAL
Presidente

RODRIGO JOSÉ DE ANACLETO CORPO
Vice-Presidente

SÉRGIO ANTONIO TRIVELIN
Diretor Executivo

DRÁUZIO S. DORNELLAS COELHO
Diretor Financeiro

CECÍLIA MACHADO MECHICA MIGUEL
Diretora Social

FERNANDO ANTONIO BONHSACK
Diretor Jurídico

ARNOLDO MOZART
Diretor de Esportes



**SINDICATO DOS
DELEGADOS
DE POLÍCIA FEDERAL / SP**

Visite nosso site: www.sindpfsp.org.br

DIGNIDADE E LUTA!